

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de outubro de 2024 - Ata n.º 87.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^a Secretária) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **87.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 86.^a Sessão Ordinária, de 21 de outubro de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1124/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Instituição, para “Reforma e ampliação do Terminal Central de Araucária”; **Ofício n.º 1951/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2187/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi; **Ofício n.º 1754/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2096/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 1755/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1836/2024, de autoria da Deputada Mabel Canto e outros Deputados; **Ofício n.º 1751/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1066/2024, de autoria do Deputado Goura; **Ofício n.º 1752/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2865/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1750/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1834/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1775/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2005/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1771/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1259/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1774/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1929/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1777/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1971/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1772/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1669/2024, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1805/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2139/2024, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1804/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1632/2024, de autoria da Deputada Ana Júlia; **Ofício n.º 1838/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1350/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1850/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2191/2024, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1849/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2123/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito

Barichello; **Ofício n.º 1847/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2257/2024, de autoria do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 1846/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2046/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.º 1844/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2051/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1841/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1701/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1840/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1375/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1839/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1841/2024, de autoria da Deputada Mabel Canto e outros Deputados; **Ofício n.º 1843/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1927/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1908/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1914/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1948/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2140/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 2036/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2246/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 1950/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2194/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 2032/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2265/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 2034/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1111/2024, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1952/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2052/2024, de autoria do Deputado Nelson Justus; **Ofício n.º 2035/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1349/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1949/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2242/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 2033/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1975/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 2115/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2107/2024, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1954/2024**

da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 365/2023, de autoria do Deputado Márcio Pacheco; **Ofício n.º 1753/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1028/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 1953/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1934/2024, de autoria do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 2117/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2290/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 2114/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 2702/2024, de autoria do Deputado Anibelli Neto.

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Mensagem n.º 67/2024** do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 635/2024) que altera a Lei n.º 18.381, de 15 de dezembro de 2014, que institui o Serviço Social Autônomo PalcoParaná.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, não temos nenhum orador inscrito no Pequeno Expediente. Vamos direto ao Grande Expediente, com um show artístico do Deputado Cobra, que traz aqui para animar a nossa tarde o Sr. Fabiano Santos e Banda. E é claro que depois teremos uma palhinha do Cobra cantando, não é? Deputado Cobra, à vontade para saudar o seu convidado.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Certo. Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Senhor Presidente, vim nesta tribuna e a homenagem hoje é para o Fabiano Santos, esse rapaz que significa realmente a nossa grandeza da cultura no Norte do Paraná. O Fabiano Santos, hoje, é o artista que mais toca no Norte do Paraná. Tem um recorde até, Sr. Presidente, que o Fabiano Santos ficou 12 horas cantando e tocando sem parar. Ia um pouquinho lá no banheiro e já voltava para tocar. Doze horas sem parar! Sem falar nisso, o Fabiano Santos faz em média de cinco a oito shows por dia. E aí, Sr. Presidente, ele faz show de todas as naturezas. Fabiano Santos, você já fez show em velório?

Sr. Fabiano Santos: Sim!

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Mas você animou quem no velório, Fabiano Santos?

Sr. Fabiano Santos: Ah, animei, homenageei... Só o defunto, porque tinha morrido, não falou nada.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Faz show para as crianças?

Sr. Fabiano Santos: Sim, para as crianças, nos asilos também. Onde chamar, comparecemos.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Já fez show para o Governador?

Sr. Fabiano Santos: Também.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Está aí! Já fez show, enfim, em várias regiões. Hoje ele está em Curitiba e vai fazer uma pequena demonstração daquilo que ele sabe. Começou onde, Fabiano? O seu primeiro show foi onde?

Sr. Fabiano Santos: Meu primeiro show foi em Rolândia, com uma banda chamada “Oiga-Tchê”, que cantei no colo do meu pai, com quatro anos e meio.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Você tinha quatro anos e meio?

Sr. Fabiano Santos: Sim.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): E depois fez muito show em boate, não é?

Sr. Fabiano Santos: Sim, já tocamos em bares executivos...

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Presidente, é isso aí. É uma pessoa assim muito animada, muito alegre, que leva essa alegria para vários locais do Norte do Paraná e, também, em outras regiões do Estado. Por isso que estamos prestando esta homenagem, através da Casa hoje, para uma pessoa que tem levado alegria para outras pessoas. Não importa se são duas, três, quatro pessoas ou se é para mais de mil pessoas, lá está o Fabiano Santos levando e contagiando as pessoas com sua alegria, com seu humor e, acima de tudo, com esse trabalho fantástico que ele faz. E vocês vão poder acompanhar um pouquinho do que é o Fabiano Santos.

(Apresentação musical de Fabiano Santos e Banda.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Após a apresentação, o Cobra vai ficar ao lado aqui para empresariar o nosso músico Fabiano. Muito obrigado pelo show. O Deputado Cobra vai entregar um diploma de Menção Honrosa ao nosso músico. Vou até aí para tirar uma foto. **Suspendo por instantes a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): **Está reaberta a Sessão.** Registro a presença na Casa da Vereadora eleita de Curitiba, Sr.^a Laís Leão, por solicitação do Deputado Goura; também do Vereador eleito de Campo Largo, Junior Polaco Preto, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri; e a visita de acadêmicos do Curso de Direito e Psicologia do Gran Centro Universitário Campus Curitiba, acompanhados pela Prof.^a Gilmara Nunes. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Vamos ao Horário das Lideranças. Primeiro orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Abro mão, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, nobres Deputados e Deputadas, quero nesta tarde chamar a atenção para um problema da nossa região de Maringá, inclusive até passando ali pelo Deputado Jacovós comentava com ele. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, todos que nos acompanham, estamos passando um problema grave, em Sarandi, no Hospital Metropolitano. Acho que esse assunto tem chegado por outras regiões do Paraná, inclusive, aqui, em Curitiba, estou vendo alguns deputados acenarem que já têm conhecimento do assunto. Presidente, estamos há vários meses, já há vários tempos, há mais de um ano, inclusive, com um problema de suspensão de serviços no Hospital Metropolitano, que é um hospital privado, que tem contrato com o Governo do Estado, com a Secretaria de Estado da Saúde. Um hospital que é importantíssimo para aquela população de Sarandi, mas não só para

Sarandi, para os municípios da região. Os municípios da região têm no Hospital Metropolitano um dos seus destinos de atendimento e precisamos tratar desse problema. Na semana passada vimos uma manifestação de funcionários do hospital, mais uma vez alegando estarem sem pagamentos, não estão recebendo os seus salários, mais uma vez colocando a precariedade da sua condição de trabalho. O que temos notícia é da suspensão de vários serviços no Metropolitano. Queremos mais informações, inclusive sobre isso, e estamos colocando um envio de expediente para a Secretaria de Estado da Saúde nos comunicar, oferecer mais informações em relação a esse assunto e, também, ao proprietário do hospital. Fato é, Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, que temos uma situação gravíssima, porque estamos falando de uma unidade que atende muita gente na região de Maringá e que, simplesmente, não dá para que esse atendimento não funcione. O que temos notícia é que algumas cirurgias apenas de emergência e procedimentos têm sido feitos e aquelas eletivas, os procedimentos que devem obviamente atender à demanda da população, receber, inclusive, pessoas das unidades de pronto-atendimento, esse atendimento está prejudicado. Então, passamos por um momento anterior em que havia um proprietário no hospital. Foi veiculado pelas mídias que esse hospital fora vendido, que foi feita uma negociação por esse hospital e o problema, simplesmente, continua. Então, hoje, protocolamos um requerimento, um pedido de informações para a Secretaria de Saúde, em que queremos saber se há alguma estratégia para mitigar os impactos da ausência do atendimento pleno do Hospital Metropolitano, para a população de Sarandi, Maringá, Marialva e região. Primeiro, se a Secretaria está se organizando para isso, porque de fato, simplesmente, não podemos ficar sem essa resposta. Tempos atrás, inclusive, o Deputado Jacovós propôs aqui na Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que naquele momento foi acenado com a resolução dos problemas, que o hospital estava tomando providências para colocar as coisas em dia e, simplesmente, de fato, isso não aconteceu. Penso que, agora, Deputado Jacovós, talvez, faça sentido retomarmos esse pedido da Comissão, retomar esse pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito para que possamos saber de fato o que acontece em

relação ao Hospital Metropolitano de Sarandi. E não dá para que esta Casa, para que a Secretaria de Estado da Saúde..., inclusive a Regional de Saúde sei que está acompanhando com cuidado, a Dr.^a Elisabete tem feito o seu papel, está acompanhando com cuidado o assunto, agora fato é que a população de Sarandi, de Marialva e da região, os funcionários desse hospital não podem simplesmente ficar sem resposta, porque é um hospital que tinha uma importância muito grande para atender a saúde pública da nossa região. Também quero comentar que os funcionários do Estado, dos servidores públicos estaduais que têm no Hospital Metropolitano o seu atendimento, é para lá que eles correm quando precisam, eles também estão sendo prejudicados pela falta de atendimento pleno, de assistência adequada do Hospital Metropolitano de Sarandi. Então, faço aqui hoje este registro para que a Casa possa também estar atenta, toda a nossa bancada de Maringá e região. O Deputado Jacovós, como mencionei, já tinha acenado com providências em relação a este assunto. Fato é que não podemos continuar com a situação que está, e para isso nós dependemos de uma ação estratégica, de uma de uma resposta da Secretaria de Estado da Saúde. Por isso, também, hoje, oficio a Secretaria para que possamos ter alguma solução, algum entendimento, talvez uma Comissão Técnica que possa ir a Sarandi e possa *tomar pé* da situação e possamos ter uma resposta de qual será o caminho, quais serão as alternativas que o nosso povo de Sarandi terá em relação a esse atendimento. Deputado Jacovós.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Deputado Evandro, parabenizá-lo por se pronunciar com relação a esta situação gravíssima do Hospital Metropolitano de Sarandi, que já foi referência em toda a nossa região na questão de atendimento de trauma e hoje, na verdade, o Hospital Metropolitano de Sarandi está falido literalmente. Isso porque teve uma administração temerária na mão de um sujeito que deveria estar na cadeia. Enquanto isso, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná foi concedendo ao administrador do Hospital Metropolitano de Sarandi a concessão em outras regiões, como é o caso de Ivaiporã, que também não conseguiu tocar, e essa venda ou suposta venda que teria sido feita no Hospital Metropolitano, na verdade, na minha opinião, foi um um acerto para que

determinadas pessoas pudessem livrar o seu capital. Como você sabe, o Hospital tem mantenedores, é um hospital que tem utilidade pública estadual e municipal e, obviamente, o cidadão sarandiense deixa de arrecadar impostos, porque a utilidade pública não recolhe ao município e, também, existem os benefícios da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. E, pelo o que sei, quem comprou o hospital é quadrilheiro! Então, aquele tema que levantei aqui, que deveríamos restaurar uma CPI, tem três assinaturas, convido V.Ex.^a agora, neste momento fez uma reflexão maior, poder assinar a CPI e atingirmos as 17 assinaturas, para que possamos fazer uma investigação mais profunda. Há notícia de desvio de equipamentos do hospital, que foram adquiridos com dinheiro público, dinheiro do imposto do paranaense... Há muitas denúncias! E hoje o hospital está falido. Falido por quê? Porque só as ações trabalhistas e de médicos que não recebem há mais de ano do Hospital Metropolitano, a situação é irreversível. A não ser que haja, por parte da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, uma intervenção. Então, essa que é a grande verdade! Funcionários não recebem, centenas de funcionários, e toda uma região, Deputado Evandro, infelizmente prejudicada, como eu disse, por gestão temerária de pessoas que deveriam estar na cadeia e não dando prejuízo àquelas centenas de funcionários e médicos ali, que sempre, como eu disse aqui quando me manifestei quando pedi a CPI, são guerreiros, mas, infelizmente, estava nas mãos ali de administradores quadrilheiros que deveriam estar na cadeia.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Deputado Jacovós, com certeza a minha assinatura está presente nesse documento. E quero dizer para V.Ex.^a que temos uma fila de Comissões aqui, uma fila que impediria essa CPI de ser instalada agora...

Deputado Tercilio Turini (MDB): Deputado, permite um aparte?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Por isso estamos tomando providências no sentido de obter informações, mas, inclusive, indagar à Presidência desta Casa que, havendo possibilidade, queremos de V.Ex.^a o cuidado e o zelo, já que é um

assunto tão importante, que tenhamos, alcançando as 18 assinaturas, que tenhamos a instalação da CPI também. Deputado Tercilio.

Deputado Tercilio Turini (MDB): Deputado Evandro, V.Ex.^a traz aqui um quadro grave de Sarandi e imagino que o hospital continue atendendo lá, mas me parece de forma precária...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

Deputado Tercilio Turini (MDB): ... convênio com o SUS. Quero me colocar à disposição como Presidente da Comissão de Saúde e, se V.Ex.^a achar conveniente, podemos começarmos com uma Audiência Pública na área da saúde. Estamos totalmente à disposição para fazermos, o mais rapidamente possível, uma Audiência Pública. E, talvez, uma coisa que poderia ser mais ágil até do que uma CPI, seria uma Comissão Especial para tratar deste assunto e fazer, logicamente, a discussão lá com a Regional de Saúde e com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Uma sugestão para V.Ex.^a aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro, temos uma série de CPIs aqui já protocoladas. Então, não há a possibilidade. Agora, uma Comissão Especial é composta por sete membros, não há nenhum problema. Se V.Ex.^a quiser propor, juntamente com outros Deputados, para fazer a apuração deste fato, não há nenhum problema, nós autorizamos.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Então, agradeço, Presidente. Agradeço ao Deputado Tercilio e ao Deputado Jacovós pela colaboração. Penso que a nossa Casa não pode *passar em branco* em relação a este assunto e o Deputado Jacovós aqui mencionou a sua disposição. Penso que os Deputados de Maringá, todos nós ali da região, também, estamos comprometidos com este assunto e temos que dar uma resposta. E agradeço, Deputado Tercilio, como Presidente da Comissão de Saúde, também, que tenhamos então essa Audiência Pública e a instalação de uma Comissão Especial, Deputado Jacovós, para que possamos dar sequência neste trabalho, portanto. Na verdade, o que importa são pessoas que estão hoje sem saber para onde ir para serem atendidas nos seus problemas de

saúde, nas suas demandas pela presença ali do hospital. Então, fica este registro e vamos dar sequência nos procedimentos, portanto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador eleito de Rolândia, Sr. Gesiel Araújo, por solicitação do Deputado Cobra Repórter; também do Vereador eleito de Tapejara, Sr. Alan Baraviera, por solicitação do Deputado Evandro Araújo. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*. Bem, o primeiro assunto meu é a minha preocupação, acredito que da maioria dos parlamentares aqui do Paraná, dessas invasões de terras que estão acontecendo em Guaíra e região. Isso aí é muito grave, é gravíssimo, porque dizem que são pseudos índios que entram mascarados, agredindo o agricultor, e só invadem terras produtivas. E nós vamos ficar aqui parados, de braços cruzados, ou vamos tentar aqui, esta Casa, fazer algum Projeto de Lei para tomar alguma atitude em defesa do agricultores do Paraná? Porque invasor de terra, ao meu ver, é tudo criminoso e vagabundo e têm que ser tratado como vagabundo e criminoso. Tentei falar com o Secretário de Segurança do Paraná, liguei para ele duas vezes, nosso amigo Coronel Hudson, um excelente Secretário, mas por algum motivo não atendeu e não retornou. Acredito, Deputado Hussein, que o Estado do Paraná tem que tomar alguma atitude. Nós sabemos que: *“Ah, mas quem cuida disso aí, tem aí uma determinação do STF, é a Guarda Nacional”*. A determinação do STF, a determinação desse corrupto Governo, liderado pelo ex-presidiário Lula, não vão tomar nenhuma medida a favor do cidadão de bem, do trabalhador, do agricultor, eles vão defender os bandidos. Isso aí já é fato. O Governo Lula só defende criminoso, tudo o que eles fazem é para facilitar a vida dos criminosos. Então, eles não vão defender o produtor de terra, até porque ele é contra o agro, ele chama o agro de fascista. Se nós aqui não tomarmos uma medida dura, se a polícia do Paraná não agir e tratar esses vagabundos como merecem ser tratados, na base do cacete, do tiro e da bala, não vai resolver o problema, vai piorar no final do ano. Será que é correto isso? Um paranaense agricultor, que lutou para comprar a

terra, que trabalhou a terra, que gera emprego, gera renda, que traz, põe a comida na mesa do paranaense, vai ser invadido por vagabundo e vai perder a terra dele? Porque a Guarda Nacional fala o seguinte. Pasmem o que eles falam para o agricultor: *“Saia da terra, deixe o invasor ocupar, e a hora que decidir judicialmente o senhor pode voltar”*. Quer dizer, nunca mais ele vai voltar. Então, cabe a esta Casa aqui agir, junto com o Governo do Paraná, e tomar uma atitude dura contra invasor de terra. Se é índio, se não é índio, para mim não passa de criminosos e de vagabundos, porque o cara que entra em uma terra mascarado, agredindo, machucando, não merece ser tratado com nenhum respeito. Segundo assunto aqui é o seguinte. Outro dia falei alguns números aqui e chocou o Presidente do PT, o nosso colega, Deputado Arilson. Ele falou: *“Fale em números”*. Eu falo em números. Deputado Arilson, falo só em números, porém, a fonte que o senhor usa, que é o IBGE, não vale absolutamente nada. O IBGE, quando colocaram lá o Pochmann, um esquerdista radical que o Lula colocou, colocou esse elemento para manipular os números e informar à mídia, e informar aos outros países que o Brasil está bem, o que é uma grande mentira. Não sou eu que digo isso, os próprios funcionários de carreira já denunciaram esse sujeito que ali está e pediram para que ele seja exonerado. Ele está manipulando, criando empresa. Enfim, é muito fácil de entender. Disse o IBGE – e o Deputado Arilson repetiu aqui – que o Brasil nunca esteve com a taxa de desemprego tão boa, só que eles não combinaram a mentira com o Ministério do Trabalho, que diz que nunca houve tantos pedidos de seguro-desemprego. Se tem pedido de seguro-desemprego é que o desemprego está aumentando. Ora, se dobrou o número de falências e pedido de recuperação judicial, se estão quebrando as empresas ou fazendo a recuperação, óbvio que estão demitindo gente. Então, a mentira do IBGE cai por terra. Argentina, no Governo do Fernández e da Cristina, eles pegaram um departamento que equivale ao IBGE que se chama Indec. Dá um Google aí e pesquise: Indec da Argentina. Colocaram um Presidente e manipularam todos os números. Quando o mundo acordou, a Argentina acordou, a inflação na Argentina estava em 200%, a população empobreceu, as empresas quebraram. É o mesmo caminho que o Brasil está indo: o caminho do buraco. E aí

quando o Deputado Arilson fala que está muito boa a economia, eu pergunto: Como se o rombo que o Governo Lula abriu em um ano é de um trilhão? Como que pode estar bem? Por que o Bolsonaro entregou todas as estatais com lucro, entregou com 188 bilhões de lucro, todas dando lucro? E pegou, depois do PT, quando ele assumiu estava 44 bi negativo. E em dois anos de Governo Lula o que acontece? Todas as estatais, Deputado Arilson, todas com prejuízo bilionário, inclusive o Correios. Vocês já quebraram o Correios uma vez na época da Dilma, vão quebrar de novo, e quem vai pagar conta de novo é o funcionário do Correios. Eu realmente fico aqui espantado de ver tanta mentira, tanto deboche que o PT faz com o brasileiro, achando que todo mundo aqui é trouxa. Não, aqui nós nos informamos, sim, com a verdade. Não pode um País que não tem controle fiscal, que não tem controle de gastos. E o que piorou? Agora elegeram o novo Presidente do Banco Central, o Galípolo, mais um esquerdista, mais um da linha do PT. Olha o que ele falou na sabatina dele no Senado, e os Senadores aprovaram, que a autonomia do Banco Central tem que ser reexplicada, e que a função do Banco Central, pasmem, é tentar cumprir a meta do Governo Federal. Quer dizer o seguinte: o Governo vai continuar gastando do jeito que gasta, sem controle nenhum. Para se ter uma ideia do gasto do Governo, o gasto é tanto que aumentou o PIB do Brasil. O gasto do Governo é tanto – dá um *Google* e se informe –, que aumentou o PIB do Brasil! Imaginem agora um novo Presidente do Banco Central, que vai abaixar juros para atender o Lula. O Lula não vai diminuir gastos, vai virar uma Argentina isso aqui. Podem anotar. Os próprios funcionários do Banco Central estão comprando dólar porque não acreditam no real. Então, você que me acompanha, se sobrar algum dinheiro, que é difícil sobrar dinheiro, porque o poder de compra do brasileiro virou pó, você trabalhador que podia encher um carrinho no Governo anterior do Bolsonaro, hoje você não enche um terço do carrinho, porque os alimentos aumentaram 100%. Combustível aumentou, eletricidade aumentou, o gás de cozinha aumentou, os impostos aumentaram todos, e o salário-mínimo ó. Lembra desse programa: “*o salário-mínimo ó*”! Por quê? Sabe por quê? Porque o pai dos pobres, o Lula, o que ele falou outro dia em um evento dele? Ele falou assim: “*Basta a pessoa ganhar um*

pouco mais e estudar um pouco mais já não vota no PT". Ele foi réu confesso e contou isso. Então, meu amigo, você que bate palma para o L, para o Lula, ele é o pai dos pobres e vai continuar deixando você pobre, que o dia que você não for mais pobre, você não vai votar mais no PT, dito por ele. Está tudo gravado, eu não estou inventando, porque mostro o que falo aqui, não fico inventando. E repito: o IBGE virou uma fábrica de mentiras. Não acreditem em nenhuma informação do IBGE. E vocês anotem aí essa data de hoje. Daqui um ano, vocês vão ver como é que estará a economia do Brasil. Eu garanto que vai estar muito pior, muito pior, desemprego aumentando, e o Governo Lula vai continuar mentindo, dizendo que está tudo muito bem. Está muito bem para eles, não é? Gastando dinheiro, ficando só em hotéis caríssimos, agora quer comprar avião novo. O Brasil está indo bem, está sobrando dinheiro. Gente, o que falo aqui é a verdade e vocês podem conferir tudo. Basta dar um *Google* e vocês vão ver o que estou falando aqui. Esse Governo Lula é uma vergonha! Um Governo presidido por um ex-presidiário, que colocou 40 Ministérios de ex-bandidos não pode dar certo nunca... (É retirado o som).

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Já conclui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, pessoas que estão aqui acompanhando a sessão de forma presencial ou até de forma virtual, desculpem pelo show de horrores. E o Arruda ó! Não é o que vocês estão pensando, estou falando do número de verdades que ele falou no discurso dele, assim ó. Falou apenas uma coisa correta, que o Lula está exigindo que se abaje a taxa de juros do novo Presidente do Banco Central, que é para atender o povo brasileiro. Aliás, um Deputado Estadual do Paraná defender a taxa de juros alta é ser contra o povo paranaense de forma direta. Um Deputado que mais uma vez usa de palavras que desrespeitam a qualidade de cada um e cada uma que

está aqui dentro. Agressão, xingamento, mentira, *fake news*, e diz não acreditar no IBGE, que é um Instituto secular, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas acreditar no grupo de *WhatsApp* do “*Tio Bolsonaro*”, do “*Mito*”, daquele que o único carrinho cheio que o deputado falou que ele deixou, aqui no Brasil, foi de joias, mas quando não, deixou o avião cheio de cocaína. Esse Ex-Presidente da República, inelegível, imbrochável, imprestável e inexpressivo, não deixou legado nenhum para o nosso País a não ser o ódio que o Deputado Arruda traz para dentro desta Casa, a não ser a verborragia da agressão, de tentar desqualificar. Usa camisa da Seleção Brasileira na rua, mas torce contra o Brasil, torce contra o Brasil crescer na economia, torce contra o Brasil reduzir o desemprego, torce contra o Brasil reduzir a taxa de juros. É o cotovelo esfolado, a cabeça dolorida, as costas ardídas por conta da pisa eleitoral. É o primeiro Presidente da República a perder a reeleição. E não fique desesperado! Não vai voltar, não há espaço para hipocrisia. A *fake news* tem tempo curto de duração e foi isso que aconteceu. E aqui vemos tanta desqualificação, tanta pancadaria. A troco do quê? Alimentar a bolha daqueles que acreditam no grupinho do *WhatsApp* e não acreditam no IBGE. Segunda-feira participei de uma audiência pública aqui, Deputado Hussein Bakri, com o Secretário de Planejamento Guto Silva e o Diretor do Ipardes, e lá eles falavam que aguardavam o IBGE publicar os números, porque a base de dados do IBGE é a base de dados também usada aqui no Estado para falar do desenvolvimento do Estado, mas para o Deputado Ricardo Arruda os dados do Paraná são válidos e os dados do Brasil não porque lá são do IBGE. Aqui também tem base do IBGE, inclusive o IDH usado é um dado do IBGE. Então, é uma confusão, é uma dissonância cognitiva, é tentar criar aqui uma realidade paralela para alimentar raivosos seguidores, para alimentar pessoas que não têm compromisso com a verdade, para alimentar pessoas que querem torcer contra o País, pessoas que em outro momento já se prestaram a esse papel ridículo, esse papel desqualificado, esse papel que em nada contribui para o nosso Paraná. O que vejo a cada dia é o desespero do Brasil dar certo. Torcer contra o Brasil é torcer contra a vida do povo brasileiro, é torcer contra a Amazônia, é torcer contra a exportação. Ainda esses dias vi uma brasileira se prestar a um serviço nos

Estados Unidos. Ao ser abordada pelo candidato a Presidente Donald Trump, no McDonald's, ela falou que não queria que os Estados Unidos virasse o Brasil. Agora entendo porque ela fala isso. Ela está no mesmo grupo de *WhatsApp* que o Arruda, no mesmo, e é de lá que vem as informações dela. Ela vive em uma realidade que não é a realidade do povo brasileiro. Ela acredita piamente na mentira, na ilusão, mas não é porque ela é obrigada a acreditar, é porque ela tem necessidade de acreditar para continuar defendendo o indefensável. E aqui, Deputado Arruda, tenho que reconhecer: V.Ex.^a é de uma força gigante porque defender o indefensável, o que os números contradizem fala que é mentira e que o povo brasileiro já rejeitou nas urnas, é de ser corajoso. E isso eu tenho que respeitar em V.Ex.^a. Ser lutador da mentira não é para qualquer um. É dormir com a mentira, acordar com a mentira, comer a mentira e, depois, fazer outras coisas mais com a mentira, mas é de uma bravura muito grande. Bravura no sentido de defender aquilo que as pessoas sabem que não existe. No governo passado vimos comportamentos desses que levaram milhões de brasileiros, milhares de brasileiros à morte, porque o maluco que era Presidente da República falou para o povo não usar máscara, falou para o povo não tomar vacina que virava jacaré, falou que não era problema dele, que ele não era coveiro, e simulou ainda estar com falta de ar para zombar das mortes aqui no Brasil. E esse comportamento da bolha do *WhatsApp* e esse comportamento da *fake news* fez com que muitas pessoas queridas nossas fossem embora. Foi esse mesmo comportamento que dirigi a economia do País, que não só deu as estatais brasileiras, mas as entregou para o mercado internacional e deu no que deu. Vocês acham que o apagão de São Paulo vem da onde? Vem da mentalidade de venda do patrimônio público não se importando se é soberania ou não. Entrega energia, entrega água, entrega até a... porque sobrou nossa mão de obra aqui, os escravos da bolha bolsonarista. É esse povo que disputa várias eleições, mas eleições da mentira. É gente que propõe que tem que acabar com o SUS para cobrar dinheiro. É gente que propõe que o pobre tem que pagar mais porque ele é pobre, porque ele escolheu ser pobre ou porque não tem capacidade. É esse discurso raivoso que não dá para se permitir mais. E esta Casa aqui tem que parar o seu tempo para

vim ficar desmentindo a mentira da mentira, porque o tiozinho contou no WhatsApp e falou assim: *“Vai lá, meu fantoche, fala isso daqui, que isso daqui dá like, dá curtida, dá interação. Não importa se vai enganar a população, o importante é alimentarmos o ódio, pregar a discórdia e a intriga na sociedade. Se vai morrer gente por desinformação, se vai faltar as coisas no mercado amanhã, não se importe, para nós importa espalhar a desgraça, o mal-estar, a raiva, porque nós vivemos na política – essa é a fala deles do grupo WhatsApp – do ódio e da mentira. E o nosso discurso bíblico é só um faz de conta”*. Coloca a Bíblia em uma mão, ao mesmo tempo que apaga o momento na telinha da câmera, joga a Bíblia para traz dos braços e fala tudo que estava ao contrário lá. Falso pastor, demagogo, não dá para tolerar essa atitude aqui de usar o nome de Deus em algumas coisas e agir como o avesso de Deus em outras. É isso que estamos vendo aqui de novo hoje, e não tem aqui nesta Casa uma base para analisar o comportamento de agressão. Toda vez que vem falar, o nome mais lindo é corrupto, vagabundo, comunista e ladrão. Isso é o básico do respeito por esse povo aqui, mas aqui vocês não vão ter vez não. Vão apanhar porque merecem apanhar. Vão aprender a respeitar o contraditório, vão entender que vocês perderam e vão perder de novo. Não é com gritaria e xingamento que vocês vão ganhar ou amedrontar. Se quer usar a camisinha da CBF e torcer contra o Brasil é uma escolha sua. Eu não uso a camisa da CBF porque não quero, mas sou torcedor do Brasil, inclusive do Brasil que diminui o desemprego, inclusive do Brasil que diminui a inflação, inclusive do Brasil que aumenta o PIB, inclusive do Brasil de um Presidente que trata todos os Governadores iguais e não é traíra. Tem Ex-Presidente aí que está mostrando para todo mundo que é traíra, inclusive na eleição. Acorda, Brasil! O falso profeta está aí de volta, só não vai ter o número de adeptos que teve, que conduziu ele para ser Presidente a República. Vai mais uma vez ir para o lixo da história e não o altar do Palácio da Alvorada, porque o lugar de pessoa com esse tipo de comportamento e com seguidores desse tipo – agressivos, raivosos e mentirosos –, é a lata do lixo da história, quando não a lata do lixo da vida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, deputados, caros colegas. Cumprimento a imprensa livre que nos assiste, responsável sem dúvida pelo Estado Democrático de Direito vigente em nosso País. Utilizo a tribuna, de forma célere, para tratar de um tema de grande importância para nossa sociedade. Como é cediço, como é de conhecimento de todos, aprovada foi a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil. Essa Lei Orgânica Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional, com seus 503 Deputados Federais, com seus 81 Senadores, não é de cunho obrigatório. No entanto, diversos Estados da Federação, e cito o exemplo do Estado de Santa Catarina, já formaram comissões, inclusive na Assembleia Legislativa, para implementação da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil. A Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil é um conjunto de regras de grande importância para a sociedade, Sr. Presidente. Por quê? Porque trata da questão vinculada à Polícia Investigativa, à Polícia Civil e, como consectário, à persecução penal. Nossa Governador do Estado é um estadista, melhor Governador de todos os Entes Federativos, tanto que aumentou os valores da segurança pública de aproximadamente dois bilhões para seis bilhões e, sem dúvida, vai de alguma forma implementar essa Lei Orgânica. Tive reunião hoje com o Sinclapol, cuja presidente aqui se encontra, que apresento Valquiria, e ela trouxe as argumentações que estão sendo discutidas em outros Entes Federativos, para que possamos implementar essa Lei Orgânica da Polícia Civil aqui no Estado do Paraná. Santa Catarina, Delegado Fernando, já está implementando a Lei Orgânica *ipsis litteris*, segundo informações. Há pouco conversei com o Delegado Jacovós e ele me disse que também coaduna com a mesma opinião, de que precisamos implementar a Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional aqui no Estado do Paraná, porque quem ganha, Deputada Cloara, é a sociedade paranaense. Quem perde é a bandidagem e a criminalidade, porque só não quer uma Polícia Civil organizada

aqueles que são contra a estruturação e aqueles que têm medo de uma persecução penal. Então, convido V.Ex.^{as} para uma audiência pública que marcamos, Sr. Líder Governo, no dia 6 de novembro, às 14 horas, aqui no Plenarinho, para juntos conversarmos, discutirmos, Sr. Líder do Governo, acerca da Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional, e a perspectiva e a possibilidade de termos ela implementada aqui no Estado do Paraná. Inclusive, vou marcar com o Delegado-Geral do Estado de Santa Catarina e, também, com as Comissões da Assembleia Legislativa para me atenderem e verificar a forma procedural que está sendo adotada, Sr. Presidente, naquela Casa de Leis, para que possamos sim, aqui nesta Casa Legislativa, discutir aquilo que é de suma importância para toda sociedade paranaense, que é a implementação *ipsis litteris*, em sua integralidade, da Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional. Agradeço ao Líder do Governo que, sem dúvida, se fará presente ou mandará um representante. Agradeço desde já o Governador do Estado do Paraná, que é o Governador que mais investiu em segurança pública na história do Paraná, cujas mudanças são significativas para que, juntamente com o Sindicato que está aqui, juntamente com a Presidente Valquiria, possamos sim buscar nesse conjunto de regras a adequação legislativa e estadual para que essas normas passem a vigorar no Estado do Paraná, para que lugar de bandido seja efetivamente na cadeia. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Hussein, V.Ex.^a declina? Pela Liderança da Oposição, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Deputadas e todos que acompanham nossa Sessão. O motivo que me traz hoje na tribuna é para falar sobre a privatização das nossas escolas e, agora, sobre o Decreto n.^º 7.235 da Seed, que regulamenta a consulta pública. Esse Decreto deixa escancarada a falta de vontade democrática por parte do Governo do nosso Estado e por parte da Secretaria de Educação. Lá no seu art. 27, o Decreto estabelece que os estudantes com menos de 18 anos não poderão votar na consulta pública. Ora, isso é, no mínimo, absurdo. Primeiro porque a Constituição Federal, no art. 14, confere a todos os adolescentes, a todos os jovens acima de

16 anos o direito do exercício ao voto. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 16, inciso V e inciso VI, confere aos adolescentes o direito à participação da vida comunitária, à participação da vida política e, da mesma forma, o Estatuto da Juventude, ou seja, os nossos legisladores já escolheram que os nossos adolescentes acima de 16 anos têm o direito ao voto, têm o direito de participar das decisões da nossa sociedade, têm o direito de exercer a democracia. Por que o Governador do Estado do Paraná, por que o Secretário Roni de Educação não querem que os nossos estudantes possam exercer esse direito ao voto? E por que eles limitam e escolhem aqueles que eles acham que não vão votar com eles para não participarem da consulta? E olha só que contraditório: tem uma Resolução da Seed, a Resolução n.º 2.265, de 2021, Deputado Hussein, que regulamenta a eleição de diretores. Nessa Resolução é permitido que os estudantes acima de 16 anos votem. Ou seja, quando o Governo avalia que não vai dar problema para ele os estudantes podem votar; quando o Governo acha que os estudantes não vão votar conforme ele quer proíbe os estudantes de votarem. É absurdo! Não se pode colocar que só os estudantes acima de 18 anos vão poder votar no processo de consulta, inclusive porque o Secretário de Educação se é esperto, e imagino que é, sabe muito bem que 18 anos não é mais idade escolar; que os nossos estudantes, quando estão em conformidade com ano e série, estão nas escolas até os 17 anos. São pouquíssimos e raríssimos casos de estudantes acima de 18 anos nas nossas escolas. Essa medida da Secretaria de Educação e do Governo do Estado é autoritária, é antidemocrática, é inconstitucional, confronta a legislação no Estatuto da Criança e do Adolescente e confronta os Estatutos da Juventude, o Nacional e o Estadual que foi aprovado nesta Casa. Não param por aí os absurdos em relação à consulta pública. No art. 28, a Seed coloca uma outra coisa que acho maravilhosa. Todos vocês que passam aqui pelo escrutínio do voto popular também vão achar bem engraçado. O art. 28 diz o seguinte: Se a escola votar "não" ao processo... No art. 28, na realidade, fala sobre o quórum, desculpe. No art. 28 diz: "*Se não atingir o quórum mínimo de votação não tem problema a Seed escolhe o que vai acontecer*". Maravilhoso, não é mesmo? Senhores Deputados e Deputadas, podemos fazer o seguinte: a partir de agora,

se não atingirmos o quociente eleitoral, o Governador que escolhe quem vai ser eleito, não precisa mais ninguém aqui passar pelo voto popular não. Em todas as outras eleições da face da terra quando não se atinge um quórum é votado de novo, e é votado até que dê maioria, até que seja escolhido. Na Secretaria de Educação do Estado do Paraná e para o Governador do Estado do Paraná se não dá quórum quem decide é ele, simples assim. Afinal de contas, a nossa opinião para o Governo do Estado não vale nada. O certo seria que tivesse uma nova votação. Não bastando isso, o negócio vai ficando cada vez mais escancarado, o abuso em relação à privatização das escolas e, principalmente, a forma criminosa que querem repassar recurso público para as instituições privadas. E nós Deputados fomos enganados, porque disseram que vinham debater conosco e não vieram. Disseram que ia ser conversado, não conversaram. Disseram que as escolas poderiam escolher, mas não vão poder escolher. No art. 30 coloca: "*As instituições que optarem por não aderir ao programa podem passar por nova consulta pública*". Olhe que lindo! Você escolheu "não", não tem problema, repetimos a votação até dar "sim". Isso é absurdo!

Deputado Hussein Bakri (PSD): Um aparte.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Pode responder, Deputado Hussein.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Vamos por etapas. Acho importante as colocações que V.Ex.^a faz aqui. Quero ser bastante rápido para não lhe atrapalhar. Em que pese discordar do início, até porque não dá para saber quem vai votar. Você não consegue antecipar. O de 16 a 18 ele seria contra? Vai ficar fora ou não vai? É difícil. Mas, veja, eu assim do ponto de vista de mérito até concordo com V.Ex.^a, mas a resposta está aqui: "*A responsabilidade civil, apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, apresenta a condição de indivíduo assistido adolescentes de 12 a 18 anos incompletos*". Estamos falando do Estatuto da Criança e do Adolescente. No âmbito educacional eles são assistidos pelos pais, responsáveis, desde o ato da matrícula até em possíveis atos infracionais que vierem a cometer, ou seja, quem vai votar por eles são os pais, que são os responsáveis pela matrícula. Agora, é possível discutir isso.

Quero ser um porta-voz aqui, como Presidente da Comissão de Educação, quero discutir com o Secretário. Conversei com a Mesa, com os demais colegas, mas quero afirmar a V.Ex.^a que aquele ponto que a senhora colocou aqui não lhe assiste razão no que tange à questão do não. Não é não! Perdeu, acabou! Garanto para a senhora que está havendo um erro de interpretação aqui...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputado, artigo 30 da Resolução.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Acabei de falar com o Secretário, acabei de falar com a Educação, estou falando publicamente, aqui, na Assembleia, a informação que recebo do Estado da Educação é o seguinte: Perdeu, acabou, como em qualquer lugar. Não obteve o número de votos suficientes, acabou! Estou falando aqui no sentido não de lhe contrariar, mas de contribuir, de ajudar nessa construção. Agora, em relação ao primeiro item, vamos tentar trabalhar; acho que talvez, até diria que um direito dos alunos de 16 a 18 anos, acho que podemos trabalhar aqui para que isso possa vir a acontecer.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputado Hussein, agradeço muito a sua fala, digo que por mais que a responsabilidade civil das crianças e adolescentes até 18 anos de fato seja dos pais, a Constituição garante a participação política desses adolescentes e garante a eles o direito ao voto. Olha, espero, então, que o Secretário de Educação já que respondeu ao senhor que tanto em relação ao quórum quanto em relação ao não, não é o que estou lendo aqui, que é o Decreto da Seed. Espero que ele edite então esse Decreto, que ele mude o Decreto, porque o Decreto no art. 30 diz: *“As instituições que optarem por não aderir ao programa pode passar por nova consulta pública”*. Ou seja, a votação vai até dar o resultado que o Secretário e o Governador querem. No entanto, se eles refletiram sobre isso e veem o absurdo dessa normativa, desse Decreto e o autoritarismo, e garantiram ao senhor, Deputado Hussein, que irão mudar, fico muito feliz, mas, sinceramente, só acredito quando tiver um novo Decreto colocando isso em pauta.

Deputado Hussein Bakri (PSD): A única questão, se me permite novamente, é que a interpretação que eles me passaram é que não existe a figura de nova

eleição. Não foi vitorioso, acabou. É isso. Em relação a 16 a 18, concordo com V.Ex.^a, vamos atrás lutar, brigar, a senhora terá todo meu apoio.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Muito obrigada, Hussein. Enfim, vamos esperar então ver se isso de fato se traduz no Decreto. Para finalizar, é importante colocar aqui, também, que a Secretaria de Educação, nesse último período, tem feito os debates nas escolas, mas no debate das escolas quem é contrário não é bem-vindo, não pode participar. Quem é contrário não pode nem entrar na escola, conforme também uma orientação da Seed, que coloca uma prática antissindical, que é a proibição da APP-Sindicato entrar nas escolas. Sinceramente, se é a favor, se é contra, se concorda, se discorda, não estou aqui para debater isso. Estou aqui para debater que em um processo democrático, em uma consulta pública, tanto aqueles que são a favor, quanto aqueles que são contra, precisam ser escutados em igualdade de oportunidade, precisam ter o direito de fazer campanha, precisam ter o direito de conversar com quem vai votar: com o público, com os pais, com os alunos, com os professores. Precisa ter o direito de refutar, inclusive, os argumentos da Seed. A questão de tudo isso é que ficamos em um limbo aqui, nós deputados, porque a Secretaria de Educação era para vir aqui conversar conosco e tirar as dúvidas em relação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputada Ana Júlia, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. Para tirar as nossas dúvidas em relação a esse processo e não vem, se nega ao debate. Isso me leva a uma outra questão: hoje tem dois Pareceres do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público de Contas que condenam o Secretário de Educação Roni Miranda, e demonstram a irregularidade da licitação no projeto das escolas-piloto, que foram de forma injustificada e sem previsão orçamentária. Sabe por que foi sem previsão orçamentária? Pelo mesmo motivo que esse Projeto não passou na Comissão de Finanças nesta Casa, porque não tem, porque eles se recusam a nos mostrar de onde está saindo esse dinheiro e para onde vai esse dinheiro. Porque esse dinheiro é única e exclusivamente para enriquecer os empresários da

educação sem dar nenhum retorno efetivo para nossa população e para os nossos estudantes. Inclusive, deputados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Para concluir. Semana que vem vou trazer, neste Plenário, como está sendo a margem de lucro das empresas que estão gerindo as escolas-piloto. E tenho certeza que, assim como eu, vocês vão ficar muito indignados. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Antes da Ordem do Dia, quero agradecer aqui a presença do Presidente da Câmara de Cascavel, meu amigo, em nome aqui do Deputado Batatinha, o Alécio Espínola. Quero também agradecer a presença do Prefeito eleito de Formosa do Oeste, Orivaldo, e de todos que se fazem presentes. Sejam bem-vindos à nossa Casa. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Cláudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo

Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) (51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Doutor Antenor (PT), Mabel Canto (PSDB), e Tiago Amaral (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: *(Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 628/2024*, do Deputado Alexandre Curi, que reconhece o beach tennis como modalidade esportiva no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 629/2024**, da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre o rastreamento genético do câncer de mama no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 630/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inspeções periódicas de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em locais públicos e privados no Estado do Paraná, define prazos, procedimentos e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 631/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Sebastião Coelho da Silva; **Autuado sob o n.º 632/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, que concede o título de utilidade pública à Associação Beneficiente Instituto Águias; **Autuado sob o n.º 633/2024**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina Passarela do Ouvidor o logradouro que especifica no km 96-Norte da BR-277, entre os municípios de Curitiba e Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 634/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que insere no calendário oficial de eventos do Paraná o Festival de Folclore de Quinta do Sol – FEFOSOL.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 546/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputado Bazana e Deputada Marcia Huçulak, que institui diretrizes para a implantação de Política Estadual de

Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em Segunda Discussão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Como procede o Líder da Oposição na votação? Voto “sim” também. Em votação.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): A pedido da nossa querida Rose, nossa primeira-dama aqui da Assembleia Legislativa do Paraná, gostaria de fazer um pedido a todos os nobres colegas Deputados, para se atentarem à campanha “*Doe uma história, inspire um futuro*”. É uma campanha de arrecadação de livros, que é uma ação promovida pelo Conselho de Ações Solidárias e Voluntariado da Assembleia, para buscar arrecadar livros infantis e juvenis para serem doados para as crianças em situação de vulnerabilidade. O ponto de arrecadação é ali no rol de entrada da Assembleia, até o dia 31 de outubro. Quem puder ajudar e ajudar a divulgar, será muito bem-vindo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Ótima observação, Deputada Maria Victoria. Vou finalizar a votação. Deputado Cobra, Jacovós, Do Carmo, Fabio, Gilberto, Marcio, Renato Freitas. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alisson**

Wandscheer, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 546/2021.

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 853/2023, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no Paraná a “Campanha Depiladora Amiga”, dedicada às profissionais da depilação na conscientização de mulheres sobre a importância da identificação precoce de doenças sexualmente transmissíveis (DST), e de denunciar os casos de violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em Segunda Discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pedimos o voto “sim”. Importante Projeto Depiladora, do Romanelli.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Finalizar a votação aqui. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Artagão Junior, Cobra Repórter, Do Carmo, Dr. Antenor, Gugu Bueno, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).]

Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 853/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Do Carmo, Luís Corti, Maria Victoria e Ney Leprevost.)**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, registre o meu voto “sim”, Luís Corti.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, registre o meu voto “sim”, Deputado Do Carmo.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, registre o meu voto “sim”, Deputado Ney Leprevost.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Registrado em Ata.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Voto “sim”, Deputada Maria Victoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): “*Campanha Depiladora Amiga*” teve 38 votos “sim”. Aprovado o Projeto de Lei do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Quero agradecer a presença também do Vereador eleito de Apucarana, Sr. Guilherme Livoti, a pedido do Deputado Fabio Oliveira.

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 54/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter, anexo o Projeto de Lei n.º 264/2024, dos Deputados Batatinha, Denian Couto, Douglas Fabrício e Samuel Dantas, que institui a Semana Estadual da Economia Criativa, Objetivando a Conscientização e o Fortalecimento sobre o Tema no Estado do Paraná, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em Segunda Discussão. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”. A Liderança da Oposição? Voto “sim” também. Em discussão. Em votação. Votando, deputados. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto,**

Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel e Tiago Amaral (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 54/2024.

ITEM 4 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 376/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/2024, que institui o Programa de atenção às pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emendas de Plenário com parecer contrário da CCJ às Emendas n.ºs 1, 4 e 5 e favorável às Emendas n.ºs 2 e 3, na forma da Subemenda Substitutiva Geral. Apreciar neste turno Subemenda Substitutiva Geral aprovada em Segunda Discussão. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente. Todos os colegas da base, é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação. Votando.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para registrar que nesta tarde perdemos um grande pioneiro de Francisco Beltrão, filho de um pioneiro, Professor Átila de Freitas. Foi um grande Professor de Educação Física, deixa a sua marca na história de Francisco Beltrão e, também, deixa um grande legado no

campo da educação, do esporte. Foi Chefe do Núcleo de Educação nos anos 90. Por isso, deixamos aqui a nossa solidariedade, o nosso registro, os nossos sentimentos pela grande perda dessa grande liderança, que muito somou para Francisco Beltrão, o Professor Átila de Freitas.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Enquanto os Deputados registram os seus votos, também quero aqui com grande pesar externar os nossos sentimentos à família do empresário de Nova Aurora, o Sr. Milton Lopes de Oliveira. O Sr. Milton se destacou no Município de Nova Aurora como empresário, na condução das Lojas Bandeirantes. O seu trabalho, a sua dedicação tornou-se uma referência e um respeito grande pela população de Nova Aurora. Pioneiro lá no município tem todo o nosso respeito, a nossa admiração e a comunidade de Nova Aurora está em luto pelo passamento do Seu Milton Lopes de Oliveira, da Bandeirantes. Deixar o registro feito aqui na Assembleia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Dr. Antenor, Mabel Canto, Marcel Micheletto e Tiago Amaral (7

Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o a Subemenda substitutiva Geral.

ITEM 5 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 446/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n^º 46/24, que institui o programa Fortalece Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emendas de Plenário com parecer contrário da CCJ às Emendas n.^{os} 2 e 6 e favorável às Emendas n.^{os} 1, 3, 4, 5, 7 e 8, na forma da Subemenda Substitutiva Geral. Apreciar neste turno Subemenda Substitutiva Geral aprovada em Segunda Discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Questão de ordem.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Eu gostaria, em nome da Comissão de Agricultura e Pecuária, de convidar todos os membros para, após esta Sessão, na Sala Arnaldo Busato, podermos deliberar sobre alguns assuntos muito importantes, para que a pauta de algumas matérias possa avançar. Por isso, convido todos os membros da Comissão de Agricultura, após esta Sessão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, ainda há muitos Deputados que não votaram: Deputado Alisson, Cobra Repórter, Deputada Cristina, Deputado Jacovós, Do Carmo, Márcio Pacheco. Maria Victoria votando. Ricardo Arruda, seu voto, Samuel Dantas e Soldado Adriano.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Enquanto votam, gostaria de parabenizar o Deputado Samuel Dantas, que surgiu aqui com um novo visual, com um chapéu no estilo John Wayne, e vai fazer dupla com o Deputado Tito Barichello, que tem o seu chapéu estilo Eliot Ness. Em breve, o senhor vai

precisar fazer uma chapelaria aqui na Casa, como tem lá em Brasília, na Câmara Federal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Dr. Antenor, Mabel Canto e Tiago Amaral (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 661/21, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Cantora Mara Lima, que altera a Lei n.º 18.868, de 13 de setembro de 2016, que cria Diretrizes Gerais para implementação e uso do dispositivo de segurança preventiva, botão do pânico, para mulheres e idosos em situação de violência doméstica e familiar, nos termos que especifica. Pareceres Favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Marcel, o seu voto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): O meu voto é “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi,

Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (46 Deputados);

Não Votaram: *Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Dr. Antenor, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (8 Deputados).]*

Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Marcel.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 289/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Bonacin Filho. Parecer Favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou encerrando a votação, Deputados. Deputado Corti, vai votar? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós,**

Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Mabel Canto, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 289/2024.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 94/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 371/2024, que altera a redação do §1.º e acresce o §2.º ao art. 21 da Lei n.º 6.149/70, que dispõe sobre o Regime de Custas dos Atos Judiciais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 94/2024.*

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 562/202, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 61/2024, que altera as leis n.º 20.740, de 5 de outubro de 2021, que dispõe sobre as normas pertinentes aos descontos e consignação em folhas de pagamento de servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como de pensionistas de geradores de pensão do Estado do Paraná, e n.º 20.777,

de 16 de novembro de 2021, que institui o Regime de Previdência Complementar. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente, inclusive para o senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Mabel Canto, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 562/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento do Deputado Romanelli...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, economia processual. Tem quatro Requerimentos, sendo um da Oposição; envio de Expediente, e trago a resposta no início da semana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

Requerimento n.º 2502/2024, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando informações ao Governador do Estado, na pessoa de seus Secretários de Estado

da Segurança Pública – SESP e Secretário Chefe da Casa Civil, requerendo informações administrativas relacionadas ao processo de construção do novo batalhão de Polícia Militar, em terreno público localizado na rua João Todeschinni, bairro Santa Felicidade, entre outras; **Requerimento n.º 2505/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. César Neves, requerendo esclarecimentos acerca do atendimento ofertado pelo Hospital Metropolitano aos pacientes do SUS, no município de Sarandi; **Requerimento n.º 2512/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil sobre a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2497/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a priorização na subsequente Legislação Orçamentária Anual, da inclusão de obras de infraestrutura rodoviária para a duplicação da rodovia estadual PR-170; **Requerimento n.º 2498/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do empresário do município de Nova Aurora, Sr. Milton Lopes de Oliveira, proprietário das Lojas Bandeirantes; **Requerimento n.º 2500/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor aos bravos agentes do Corpo de Bombeiros Militares, lotados no 3.º Grupamento de Bombeiros do 1.º Subgrupamento de Bombeiros de Londrina, pela notável coragem e atuação decisiva durante a ocorrência de um incêndio veicular, protegendo um profissional e imprensa que, ao reportar a situação, foi ameaçado por um criminoso em posse de um simulacro de arma de fogo, no dia 12 de setembro de 2024, em Londrina; **Requerimento n.º 2501/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DER/PR Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo empenho e providências administrativas na realização de estudo sob demanda para implantação e

funcionamento de linha de passageiros intermunicipal do município de Rancho Alegre ao município de Londrina; **Requerimento n.º 2503/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família e amigos pelo falecimento da Sr.^a Ivone do Rocio Vensão Camargo, ocorrido no dia 17 de outubro; **Requerimento n.º 2504/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo gestões para a desafetação de parte do imóvel do Colégio Estadual Acquilino Massoquim, no município de Cascavel; **Requerimento n.º 2506/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Hospital Metropolitano, Sr. Flávio Guimarães, requerendo esclarecimentos acerca do convênio para atendimento de pacientes do SUS pelo Hospital Metropolitano, no município de Sarandi; **Requerimento n.º 2507/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo informações e providências, conforme específica; **Requerimento n.º 2509/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao DER/PR, requerendo que sejam adotadas medidas de segurança na PR-180; **Requerimento n.º 2510/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sra. Vera Lúcia Hornung, ocorrido no dia 16 de outubro, no município de Ponta Grossa; **Requerimento n.º 2511/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, requerendo a intensificação do policiamento no município de Medianeira; **Requerimento n.º 2513/2024**, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares, solicitando o envio de expediente ao Exmo. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sobre os processos que envolvem a privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná; **Requerimento n.º 2514/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em homenagem ao Doutor Rodrigo Bernardi, médico mastologista, pelo trabalho inestimado realizado para prevenir doenças realizadas à mama e também devolver a autoestima de seus pacientes através dos procedimentos de reconstrução; **Requerimento n.º 2515/2024**, do

Deputado Batatinha, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações e aplausos com menção honrosa à Polícia Civil do Paraná, pelos 171 anos de serviços à Segurança Pública do Estado; **Requerimento n.º 2517/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em homenagem ao Doutor Eurico Campos, pelo trabalho inenarrável realizado na especialidade de Oncologia, sendo um profissional ímpar e referência, no Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2516/2024**, do Deputado Cobra Repórter, requerendo o arquivamento do Requerimento n.º 2497/2024.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês de ausência injustificada): **Requerimento n.º 2499/2024** do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de outubro de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra, antecipada de quarta-feira, já imediatamente, **Sessão Ordinária** antecipada de quarta-feira 23 de outubro de 2024, com a seguinte **Ordem do Dia**: 3.^a Discussão do Projeto de Lei 661/2024; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 94/2024 e 562/2024; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 358/2024, 527/2024 e 552/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO”.

(Sessão encerrada às 16h02, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)